

Sonia Guajajara na política brasileira: mulher indígena construindo um futuro ancestral

*Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro*¹
*Sara Santos Dias Costa*²
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a trajetória pessoal e política de Sonia Guajajara, atual ministra dos povos indígenas, pertencente ao povo Guajajara/Tenetehára. Para tal, foi realizada uma pesquisa exploratória e qualitativa através da netnografia nos instagrans @guajajarasonia e @minpovosindigenas. O artigo se fundamenta epistemologicamente em epistemologias contracoloniais e interseccionais. Concluímos que Sonia Guajajara representa a potência ancestral de mulheres indígenas na política brasileira e no ciberativismo, atuando para o fortalecimento da democracia em perspectiva cosmopolítica e interseccional.

Palavras-chave: Sonia Guajajara; mulheres indígenas; cosmopolítica; interseccionalidade; netnografia.

¹ Maylla Chaveiro é doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra e graduada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

² Psicóloga pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Mestranda em Psicologia na linha de pesquisa: Psicologia e Saúde, pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Bolsista FAPEMIG/PPGP/UFTM.

Sonia Guajajara in brazilian politics: indigenous woman building an ancestral future

Abstract: This article aims to reflect on the personal and political trajectory of Sonia Guajajara, current minister of indigenous peoples, belonging to the Guajajara/Tenetehára people. To this end, exploratory and qualitative research was carried out through netnography on the Instagram accounts @guajajarasonia and @minpovosindigenas. The article is epistemologically based on countercolonial and intersectional epistemologies. We conclude that Sonia Guajajara represents the ancestral power of indigenous women in Brazilian politics and cyberactivism, working to strengthen democracy from a cosmopolitical and intersectional perspective.

Keywords: Sonia Guajajara; indigenous women; cosmopolitics; intersectionality; netnography.

Sonia Guajajara en la política brasileña: mujer indígena construyendo un futuro ancestral

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la trayectoria personal y política de Sonia Guajajara, actual ministra de pueblos indígenas, perteneciente al pueblo Guajajara/Tenetehára. Para ello se realizó una investigación exploratoria y cualitativa a través de netnografía en las cuentas de Instagram @guajajarasonia y @minpovosindigenas. El artículo se fundamenta epistemológicamente en epistemologías contracoloniales e interseccionales. Concluimos que Sonia Guajajara representa el poder ancestral de las mujeres indígenas en la política y el ciberactivismo brasileños, trabajando para fortalecer la democracia desde una perspectiva cosmopolítica e interseccional.

Palabras clave: Sonia Guajajara; mujeres indígenas; cosmopolítica; interseccionalidad; netnografía.

As reconfigurações políticas da América Latina podem marcar mudanças fundamentais em toda a região. Um elemento fundamental nesse processo é a atuação dos movimentos sociais indígenas (CADENA, 2020). No Brasil, essa realidade é igualmente permeada por um processo histórico, social e político na luta pela garantia de direitos, sendo marcada por constantes tensões com o Estado. Isso envolve uma luta contínua pela saúde, educação, demarcação de terras e o fortalecimento de políticas públicas diante do enfraquecimento dos órgãos, problemas socioambientais e outros conflitos que afetam muitas comunidades indígenas (GUAJAJARA *et al.*, 2022).

Sonia Guajajara, primeira e atual Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, declarou em uma entrevista que o ano de 2018 foi um marco de grande importância, com a presença pela primeira vez de uma mulher indígena como candidata em uma chapa presidencial. Apesar dos resultados eleitorais não terem seguido o curso esperado, esse marco proporcionou uma maior visibilidade para essas populações. Nas palavras de Sonia: "A política institucional deve refletir a diversidade brasileira, e nós, indígenas, somos um desses segmentos que precisa ter voz na política institucional para contribuir na reconstrução do país" (GUAJAJARA *et al.*, 2022:5).

O presente estudo parte da premissa de que a participação das mulheres indígenas na política brasileira desempenha um papel crucial no fortalecimento da democracia. O objetivo principal é analisar a trajetória pessoal e política de Sonia Guajajara. Para isso, adotamos a metodologia netnográfica para a coleta e análise de dados do Instagram de Sonia Guajajara (@guajajarasonia) e do Instagram do Ministério dos Povos Indígenas (@minpovosindigenas) no período de janeiro de 2023 a setembro de 2023. Esse recorte temporal corresponde ao início da criação do Ministério dos Povos Indígenas, órgão da administração federal cujo propósito é a implementação de políticas indígenas e indigenistas, representando um símbolo essencial na garantia de direitos dessa população (GOVERNO FEDERAL, 2023).

A partir dessa experiência de campo nas redes sociais, buscamos compreender como a produção de conteúdo digital pode contribuir para a criação de narrativas contracoloniais e decoloniais, ao mesmo tempo em que promovem perspectivas cosmopolíticas. Além disso, buscamos destacar como esse tipo de conteúdo pode ampliar a visibilidade das mulheres indígenas na política brasileira, fortalecendo ainda mais suas vozes e atendendo às demandas específicas das diversas etnias de todo território brasileiro.

Esta metodologia foi elegida pois as redes sociais são muito utilizadas pelas pessoas usuárias de internet em todo mundo. O site Data Reportal (2022), apresenta um panorama digital do mundo em 2022, no qual globalmente, há 4,95 bilhões de usuários de internet, o que corresponde a 62,5% da população mundial e, deste total, 4,62 bilhões (93,3%) são utilizadores de redes sociais. O site também destaca que o Brasil é o sexto colocado no *ranking* de países com maior tempo de utilização das redes sociais por dia, com média de 3h41min – a média global é de 2h 27min – sendo também o primeiro colocado em número de plataformas de redes sociais ativas utilizadas mensalmente, com média de 8,6 (usuários entre 16 e 64 anos).

Sendo assim consideramos neste estudo que Sonia Guajajara atua também com o ativismo digital ou ciberativismo por compartilhar informações em seu ins-

tagram pessoal e do ministério dos povos indígenas, fazendo denúncias e influenciando pessoas a conhecerem a história e luta de povos indígenas no Brasil. Sobre o ativismo digital, Deslandes aponta o seguinte:

O ativismo digital tem ampla capacidade de agregação, convocação de massas, atuação nas ruas e possui um caráter complementar ao ativismo presencial. E mais que isso, permite congregiar diversas frentes de luta ao mesmo tempo, numa transversalidade de interesses e pautas, propiciando a conectividade de uma rede de agendas. (DESLANDES, 2018: 3134)

Para a realização da netnografia, foram catalogadas as publicações de duas páginas de instagram nos *feeds* principais do perfil de Sonia Guajajara e do Ministério dos Povos Indígenas. Isto porque, o conteúdo do *feed* permite uma coleta mais abrangente das informações necessárias, visto que as postagens permanecem fixas na página. Nesse sentido, não compilamos dados publicados nos *stories*, pois estes ficam disponíveis apenas por 24 horas e não são fixados na aba de destaques (o que permitiria a extensão da duração dos *stories* publicados) de ambos os perfis. Esse conjunto de postagens foi analisado à luz das epistemologias contracoloniais, indígenas e interseccionais.

A pesquisa netnográfica é uma técnica de pesquisa que adapta os métodos da etnografia tradicional para estudar comunidades *online* e interações virtuais. Ela envolve a observação e análise de discussões, comportamentos e cultura em espaços da *internet*, como fóruns, redes sociais, blogs, entre outros ambientes virtuais. A netnografia busca compreender as dinâmicas sociais, as normas, os valores e as práticas de grupos *online*, oferecendo *insights* valiosos para pesquisadoras da área das ciências humanas interessadas nas interações humanas na era digital (SOARES e STENGEL, 2021).

As tecnologias instauram diversas possibilidades e mudanças atuais que têm tendência a se desenvolver e a gerar reflexões sobre métodos tradicionais de fazer ciência. Assim, este é um campo que demanda se aproximar e reconhecer a *internet* como objeto de pesquisa e local rico para realização de estudos, superar a dualidade *online* e *offline* e construir padrões de cientificidade éticos e cuidadosos para abarcar o potencial da *internet*, considerando a privacidade das pessoas (SOARES, STENGEL, 2021:09).

Este artigo está estruturado da seguinte forma: 1) Primeiramente, apresenta-se uma breve biografia de Sonia Guajajara, acompanhada da análise netnográfica do seu perfil no Instagram e do Ministério dos Povos Indígenas; 2) Em segundo lugar, traremos os conceitos de interseccionalidade e contracolonialidade, expondo a relevância das mulheres indígenas na política brasileira; 3) Por fim, algumas reflexões são expostas acerca da noção de cosmopolítica, do Marco Temporal e da atuação política de Sonia Guajajara em defesa dos territórios indígenas no Brasil.

Sonia Guajajara e o Ministério dos Povos Indígenas

Sonia Bone de Sousa Silva Santos, conhecida como Sonia Guajajara, nasceu em 1974 na Terra Araribóia, no estado do Maranhão, Brasil, e faz parte do povo Guajajara/Tenetehára. É graduada em Letras e Enfermagem e possui pós-graduação em Educação Especial. Desde a juventude, sua atuação se destacou tanto em âmbito nacional quanto internacional devido à sua luta pelos direitos dos povos indígenas, bem como pelas causas ambientais e socioambientais. Um exemplo concreto disso ocorreu em 23 de maio de 2022, quando Sonia foi incluída na lista

das 100 pessoas mais influentes da revista Time, publicada nos Estados Unidos, conforme apresentado na Figura 1 (GUAJAJARA *et al.*, 2022).



Figura 1 - Sonia Guajajara na capa da revista Time. **Fonte:** Captura de tela de uma foto publicada pelo perfil @guajajarasonia no dia 23 de maio de 2022.

Sonia Guajajara também recebeu inúmeros prêmios em reconhecimento ao seu trabalho. Inicialmente, sua militância começou na coordenação das organizações e articulações dos povos indígenas no Maranhão (Coapima). No entanto, sua influência se estendeu à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Além de ter voz no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Sonia entrou para a história da política brasileira. Em 2022, ela se tornou pré-candidata a deputada federal pelo PSOL em São Paulo e concorreu como vice-presidente na chapa de Guilherme Boulos (PSOL), sendo a primeira indígena a se candidatar a esse cargo. Sônia Guajajara, foi eleita como deputada estadual pelo PsoL de São Paulo e recebeu 156.966 votos³. No mesmo ano, ela também integrou a equipe do governo Lula e assumiu a posição de primeira ministra dos Povos Indígenas do Brasil, marcando um momento de grande importância na história do país. Sônia Guajarara, que esteve à frente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), foi eleita deputada em 2022 e assumiu o cargo de Ministra dos Povos Indígenas, ministério conquistado pelos povos e que promete ser conduzido em relação estreita com o movimento indígena (Figura 2).

³ Fonte: Agência Câmara de Notícias. <https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleit-os-para-a-camara-dos-deputados/#:~:text=Foram%20eleitos%20cinco%20ind%C3%ADgenas%20nas,Paulo%20e%20recebeu%20156.966%20votos.>



Figura 2 - Sonia Guajajara assume a posição de primeira ministra dos Povos Indígenas do Brasil. **Fonte:** <https://www.instagram.com/p/CmwesdOL4Dv/>

No início do mês de janeiro de 2023, Sonia concentrou seus esforços inicialmente na recepção dos povos originários no Ministério dos Povos Indígenas, fomentando um diálogo próximo e incentivando os indígenas a ocuparem diferentes espaços. No Instagram, referiu-se ao ministério como “casa de todos os povos indígenas”, enfatizando o seu compromisso em criar um ambiente propício para a sensação de pertencimento, a abertura ao diálogo e a luta coletiva em prol dos direitos dessa população.

Nas palavras da ministra em sua primeira postagem no Instagram do Ministério dos Povos Indígenas:

Esse é um Ministério novo e inédito, sendo construído da base com muito esforço e cuidado. Enquanto toda a equipe vem sendo estruturada, já estamos operando nas diversas crises que os Povos Indígenas enfrentam no Brasil com um acúmulo de séculos! Somos 305 povos com culturas, necessidades e realidades diferentes!

Este empenho traduziu-se também em parcerias com outras lideranças indígenas, como o Cacique Raoni e Davi Kopenawa (Figuras 3 e 4), mostrando sua força em articular politicamente e construir alianças com as distintas etnias indígenas.



Figura 3 - Sonia Guajajara e Cacique Raoni. **Fonte:** Instagram de Sonia Guajajara <https://www.instagram.com/p/Cm7KyIqvRFQ/>



Figura 4 - Sonia Guajajara e Davi Kopenawa. **Fonte:** Instagram de Sonia Guajajara <https://www.instagram.com/p/CnPJBjhuBHS/>

O perfil no Instagram do Ministério dos Povos Indígenas foi criado, no entanto, somente em fevereiro de 2023, com enfoque inicial nas publicações sobre a situação do território Yanomami, abordando a grave situação sanitária neste território, decorrente da atividade de garimpo ilegal na região da Amazônia, contribuindo para uma maior visibilidade no Brasil e no mundo frente à crise humanitária.

Para realizar uma análise ainda mais minuciosa e aprofundada deste perfil, foi utilizada uma ferramenta gratuita e segura chamada *inflat*, a qual fornece dados precisos de perfis do Instagram. Essa análise ocorreu no dia 28 de setembro de 2023, e os resultados indicaram que o perfil possui 42,1 mil seguidores. As principais *hashtags* utilizadas nas últimas 100 postagens foram: #setembroamarelo, #bemviver, #povosindigenasdobrasil, #funai, #sesai, #secretariadesaudeindigena, #ministeriodasaude, #suavidaimporta, #saudeindigena e #suavidavale-muito. Além disso, as palavras mais frequentemente presentes nas legendas das últimas 100 postagens foram “indígenas” (24 vezes), “Indígenas” (12), “Povos” (10 vezes), “votos” (10 vezes), “indígena” (9 vezes), “direitos” (8 vezes), “Ministério” (8 vezes), “sobre” (8 vezes), “territórios” (7 vezes) e “Brasil” (6 vezes).

A partir destes resultados, é possível expor que o Instagram do Ministério dos Povos Indígenas atua como uma ferramenta de ativismo digital, buscando disseminar informações nas redes sociais em prol do fortalecimento da cosmologia e disseminação de suas lutas nas pautas políticas nacionais.

Interseccionalidade e Contracolonialidade

O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela teórica afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989. A intelectual afirma que a interseccionalidade é uma ferramenta e abordagem teórica-metodológica capaz de analisar a estrutura de opressões que sobrepõem identidades, e como elas interagem entre si criando experiências únicas de discriminação e privilégio. De acordo com a autora:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões

que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002: 177)

No Brasil, a intelectual negra Carla Akotirene (2018), afirma que é necessário sempre se perguntar de que lugar social cada indivíduo fala. Segundo a autora: “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (2018:14). Segundo Carla Akotirene, a interseccionalidade pode ser entendida como oferta analítica em afroperspectiva, elaborada por mulheres negras representando a luta por direitos políticos. No livro *O que é Interseccionalidade?*, ela afirma:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avindas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça, classe – modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2018: 14)

Na esteira desta análise, considerando que o povo negro e o povo indígena foram subalternizados historicamente no sistema colonial, a interseccionalidade também é potente para refletir sobre as experiências pessoais e políticas da ministra Sonia Guajajara. Em seu instagram pessoal, Sonia Guajajara destaca a importância da força ancestral na luta de mulheres indígenas no Brasil. A ministra também ressalta que as mulheres indígenas são agentes importantíssimas para a construção do futuro da sociedade brasileira, relacionando a pauta da demarcação de terras indígenas e a proteção dos territórios de povos originários com a proteção dos direitos das mulheres indígenas (Figura 5).



Figura 5 - Postagem de Sonia Guajajara no 08 de março de 2023 sobre os direitos de mulheres indígenas. **Fonte:** Instagram de Sonia Guajajara https://www.instagram.com/guajajarasonia/?img_index=1

No dia 30 de maio de 2023, em seu instagram pessoal, Sonia Guajajara repostou a foto com Celia Xakriabá, deputada federal indígena pelo PSOL, a qual afirma o seguinte:

A violência política de gênero é presente em espaços políticos como estes que ocupamos hoje. É preciso mulherizar a política para que essa estrutura seja quebrada. Jun-

tas rompemos o racismo da ausência nessa sessão solene que pede justiça por Marielle Franco e pauta a urgência da nossa luta. Somos mulheres semente e não mulheres somente⁴.



Figura 6 - Sonia Guajajara e Célia Xakriabá. Fonte: <https://www.instagram.com/p/CpoKIPCuRmP/>

O conceito de contracolonialidade, cunhado por Antônio Bispo dos Santos, conhecido popularmente por Nêgo Bispo, um lavrador, poeta, escritor, professor, ativista político. O pensamento contracolonial de Nêgo Bispo é descrito por ele como um modo de vida que busca se amparar em noções ontológicas em perspectiva pré-colonial. Em suas palavras:

Os indígenas viviam no Brasil em um sistema de cosmologia politeísta. Viviam integrados cosmologicamente, não viviam humanisticamente. Chegaram então os portugueses com as suas humanidades, e tentaram aplica-las às cosmologias dos nossos povos. Não funcionou. Surgiu assim o contracolonialismo. O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo. (DOS SANTOS, 2023: 36)

Neste sentido, podemos vislumbrar muitas aproximações entre o pensamento contracolonial de Nêgo Bispo com o posicionamento político de Sonia Guajajara no Ministério dos Povos Indígenas. Isto porque, Sonia em seus discursos e enfrentamentos, busca a ruptura total com a perpetuação do sistema colonial de opressão que tanto prejudicou os povos indígenas historicamente. Nossa ministra mantém-se firme e sempre em luta, denunciando os pactos entre os brancos na sociedade brasileira.

⁴ <https://www.instagram.com/p/CpoKIPCuRmP/>

“Terra é mãe e mãe não se vende”: cosmopolítica, marco temporal e a defesa do território indígena por Sonia Guajajara

O conceito de cosmopolítica emerge de uma perspectiva crítica que questiona e busca modificar uma dicotomia do pensamento colonial, onde a política é frequentemente desconectada da natureza, considerando-a como uma adversária. Nesse contexto, a relação com a natureza se torna intrínseca à visão política cósmica. Isso implica a criação de uma narrativa e uma abordagem distintas para a prática política, na qual a natureza deixa de ser vista como uma exterioridade determinada pelas decisões políticas, passando a ser um ponto de partida para a reflexão sobre identidades e a própria política (ROCHA, 2023). Nesse sentido, serão apresentadas a seguir algumas referências que têm contribuído para uma compreensão mais abrangente dessa perspectiva.

Davi Kopenawa, importante líder político do povo Yanomami, é uma das lideranças intelectuais, espirituais e políticas mais importantes dos povos originários. Ele é xamã, escritor e presidente da Hutukara Associação Yanomami, além de ser um ativista na luta em prol dos povos indígenas, do meio ambiente e dos direitos humanos. No seu livro "A queda do céu: palavras de um xamã yanomami", originalmente publicado em 2010, ele apresenta a sua trajetória até se tornar xamã, suas percepções sobre a sua cultura e questões políticas e culturais, além de chamar a atenção para a importância de estabelecer um diálogo com aqueles que detêm o poder (ROCHA, 2023). Em suas palavras, "quando a Amazônia sucumbir à devastação desenfreada e o último xamã morrer, o céu cairá sobre todos e será o fim do mundo" (ALBERT e KOPENAWA, 2010: 489). Este prenúncio relatado está sustentado no seguinte mito:

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar de calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos *xapiri*, que descem da montanha para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os malefícios, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar. (*idem*, 2010: 06)

Em outros termos, Davi Kopenawa elucida que a vida na Terra depende da preservação das florestas que, por sua vez, depende da vida dos povos originários. Ele afirma que os xamãs “trabalham em defesa dos brancos que vivem sob o mesmo céu” (2010: 492). De maneira semelhante, no documentário *A Última Floresta*, Kopenawa apresenta a seguinte narrativa: “Os brancos não nos conhecem. Seus olhos nunca nos viram. Seus ouvidos não entendem nossas falas. (...) Por isso, eu preciso ir até onde vivem os brancos”. Essa afirmação enfatiza a importância do diálogo e de uma perspectiva cosmopolítica; implica essa abertura para a interação entre diferentes grupos humanos e não humanos nas práticas políticas. Ou seja, envolve o reconhecimento da presença de outras formas de existência nos coletivos não-ocidentais (CADENA, 2020).

Outro exemplo dessa perspectiva pode ser encontrado nas reflexões de Ailton Krenak, líder indígena brasileiro do povo Krenak. Em sua obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, ele chama a atenção para as diferentes cosmovisões e os persistentes dilemas políticos que afetam as comunidades indígenas até os dias atuais.

Essas comunidades ainda enfrentam lutas constantes para preservar seus modos de vida e proteger a natureza em um país cuja história ainda é marcada pela incapacidade de acolher seus habitantes originais (KRENAK, 2019).

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa). (KRENAK, 2019: 21)

Ailton Krenak conclui também que:

O capitalismo quer nos vender até a ideia de que nós podemos reproduzir a vida. Que você pode inclusive reproduzir a natureza. A gente acaba com tudo e depois faz outro, a gente acaba com a água doce e depois ganha um dinheirão dessalinizando o mar, e, se não for suficiente para todo mundo, a gente elimina uma parte da humanidade e deixa só os consumidores. (KRENAK, 2020: 66)

Todas as considerações acima destacam a relevância do termo *cosmopolítica*, cunhado pela filósofa Isabelle Stengers (2018) e posteriormente desdobrado por outros autores, como Bruno Latour (2014). Esse termo desempenha um papel crucial para refletirmos sobre o marco temporal, uma tese jurídica que defende uma alteração na política de demarcação de terras indígenas no Brasil. Segundo essa tese, só poderia reivindicar direito sobre uma terra o povo indígena que já estivesse ocupando-a no momento da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Esta tese altera a demarcação de terras indígenas e flexibiliza direitos dos povos originários estabelecidos pela constituição.

Sonia Guajajara proferiu um discurso potente na sessão de debate da PEC 215 realizada em 13/08/2013, na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados:

Os povos indígenas estão intimamente ligados à questão da terra. A terra para nós é muito mais do que mercadoria. A terra para nós é muito mais do que um pequeno pedaço de terra negociável. Nós temos uma relação espiritual pela terra de nossos ancestrais. Nós não negociamos direitos territoriais. Terra para nós representa a vida. Terra é mãe. E mãe não se vende! Não se negocia! Mãe se cuida. Se defende. Se protege!

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, no dia 21 de setembro de 2023, a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Por 9 votos a 2, o Plenário decidiu que a data da promulgação da Constituição Federal (5/10/1988) não pode ser utilizada para definir a ocupação tradicional da terra por essas comunidades. Nossas análises mostram que um dos assuntos em destaque no instagram do Ministério dos Povos Indígenas refere-se ao Projeto de Lei do Marco Temporal. A análise realizada pelo inflact indica que uma das postagens mais comentadas no perfil trata justamente desse assunto (Figura 5), evidenciando uma maior visibilidade no Brasil e no mundo frente a temática.



Figura 7 - Senado contraria decisão do STF e a maioria aprova PL do Marco Temporal. Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cxtst3ntm4W/?hl=pt>

No dia das mães, 14 de maio de 2023, Sonia Guajajara posta em seu instagram pessoal uma importante reflexão ao pontuar que a luta pela mãe Terra é a maior das lutas. Em suas palavras:

Hoje, quero dedicar toda minha atenção às mães dos territórios - aquelas que estão nas florestas, nas aldeias, dentro das casas de rezas tradicionais e sustentando a biodiversidade e o planeta. Somos muitas, nós, mulheres originárias e mães, ocupando espaços conquistados e rompendo as barreiras da violência. Nossa maior luta como mães indígenas é pelo direito à terra, pois é o território que alimenta nossos filhos, preserva nossas culturas, línguas e modos de vida. Meu compromisso é garantir que todas as mães indígenas tenham direitos, proteção e liberdade. A luta pela Mãe Terra é a mãe de todas as lutas!



Figura 8: Dia das Mães e o chamado pela luta pela mãe Terra. Fonte: Instagram de Sonia Guajajara <https://www.instagram.com/p/CsOPzaZudbY/>

Nesta postagem, Sonia Guajajara expressa uma reflexão potente no dia das mulheres acerca da importância da demarcação de territórios indígenas para que mulheres indígenas tenham seus direitos respeitados.

As mulheres indígenas têm o direito a uma vida digna e feliz e para que isso ocorra é preciso que cada vez mais mulheres indígenas ocupem espaços decisórios e de poder. É preciso termos, cada vez mais, um número maior de mulheres indígenas representando suas populações, pensando políticas públicas, escrevendo leis, julgando processos. Precisamos repensar a política, repensar e reconstruir a sociedade brasileira mas, para isso, é preciso que haja abertura para a diversidade e a diversidade está aí, batendo na porta. Não existe mais qualquer possibilidade de sucesso nas políticas públicas e na política de um modo geral se não for pelo caminho da diversidade.



Figura 9 - Postagem de Sonia Guajajara e do Ministério dos Povos Indígenas sobre o dia das mulheres. **Fonte:** <https://www.instagram.com/p/Cpisqmdvw20/>

O documento final da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas Brasileiras (2019), chama a atenção para a importância da defesa do território indígena. De acordo com as mulheres indígenas, este posicionamento está relacionado à conduta de uma mãe, sendo que maternidade tem como principal foco o potencial de gerar e proteger a vida. Desse modo, as mulheres indígenas são guardiãs da Terra e da ancestralidade, nos convidando à prática do reflorestamento:

Somos responsáveis pela fecundação e pela manutenção de nosso solo sagrado. Seremos sempre guerreiras em defesa da existência de nossos povos e da Mãe Terra. Enquanto mulheres, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, iremos no posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. Difundindo nossas sementes, nossos rituais, nossa língua, nós iremos garantir a nossa existência. [...] A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura. (I MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2019)

A partir de tais considerações, compreendemos que as mulheres indígenas têm um papel primordial na defesa dos territórios. Destarte, o ministério de povos indígenas sendo representado por uma mulher indígena, é simbólico e potente, pois expressa a função de proteger territórios, bem como a vida dos povos originários do Brasil. Assim, Sonia Guajajara tem fortalecido a ancestralidade indígena, pois se utiliza da política para lutar e impedir que os saberes milenares ancestrais sejam exterminados pela ganância e crueldade das práticas coloniais

no Brasil. Como afirma Célia Xakriabá: “não basta reconhecer os conhecimentos indígenas, é urgente reconhecer os conhecedores. Porque nós emergimos de uma ciência que nasce do território e carregamos essa ciência dentro de nós” (PONTES, 2022: 324).

Considerações finais

Este artigo teve como proposta central elucidar alguns elementos sobre a trajetória pessoal e política de Sonia Guajajara, atual ministra dos povos indígenas do Brasil. Discutimos sobre a potência do instagram enquanto ferramenta de ciberativismo neste momento tão importante para o cenário atual em que Marco Temporal e a demarcação de terras indígenas estão em evidência no cenário político. Chamamos a atenção para a importância das mulheres indígenas na política brasileira como estratégia contracolonial e interseccional de enfrentamento institucional, uma vez que a garantia dos direitos das populações originárias no Brasil titubeia historicamente. Assim, a ocupação desse espaço de linha de frente política caminha na contramão da invisibilidade histórica, ao mesmo tempo em que assume um papel importantíssimo de protagonizar suas próprias histórias, para além do trabalho já desempenhado nas aldeias, reafirmando o compromisso constante com a Terra e, sobretudo, a preservação da cultura indígena.

Apesar de termos nos limitado à análise dos perfis no instagram, consideramos significativo o alcance de ambos, tanto em termos quantitativos, conforme demonstrado na análise do inflact, quanto em discussões e reflexões compartilhadas nesse âmbito das mídias sociais, as quais têm proporcionado uma maior visibilidade e compartilhamento de postagens de assuntos atuais e relevantes, além de possibilitarem o desenvolvimento de discussões e ações coletivas. Um exemplo disso foi observado tanto nacional quanto internacionalmente em relação a duas temáticas anteriormente citadas: a situação do território Yanomami e o Projeto de Lei do Marco Temporal. Surge, assim, a seguinte indagação: se não houvesse esse alcance significativo através de ferramentas de comunicação digital, denunciando uma série de decisões políticas, haveria ainda assim, de forma equiparada, mobilização coletiva e disseminação de informações sobre tais realidades? Resaltamos, contudo, que a atuação da ministra não se limita às redes sociais, pelo contrário, ela utiliza este recurso estrategicamente para dar visibilidade à diversidade indígena em nosso país, alcançando um público jovem que talvez não tenha muitas informações sobre a história ancestral dos povos originários antes da invasão colonial. Dessa forma, sugerimos a realização de mais produções científicas que contemplem estudos sobre política étnica na América Latina e, mais precisamente, no Brasil.

*Recebido em 1 de outubro de 2023.
Aceito em 10 de fevereiro de 2024.*

Referências

- I MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. *Documento Final*. 2019
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, justificando, 2018.
- ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CADENA, Marisol de la. Cosmopolítica indígena en los Andes: reflexiones conceptuales más allá de la «política». *Tabula Rasa*, 33: 273-311, 2020.
- CRENSHAW, Kimberle. Documento para encontro de especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. *Revista de Estudos Feministas*, 10 (1): 171-188, 2002.
- DATA REPORTAL. *Digital 2022: Global overview report*.
- DESLANDES, Suely Ferreira. Digital activism and its contribution to political decentralization. *Ciência e Saúde Coletiva*, 23 (10): 3133-3136, 2018.
- DOS SANTOS, Antônio Bispo. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- GOVERNO FEDERAL. *Ministério dos Povos Indígenas*.
- GUAJAJARA, Sonia Bone; ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lucia de Moura. Entrevista com Sonia Guajajara: o movimento indígena frente à pandemia da COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27: 4125-4130, 2022.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LATOURE, Bruno. ¿El cosmos de quién? ¿qué cosmopolítica? Comentarios sobre los términos de paz de Ulrich Beck. *Revista Pléyade*, 14: 43-59, 2014.
- LIMA, Marcelo Perez da Cunha. *A proteção constitucional da terra indígena e a tese do marco temporal: uma análise à luz da jurisprudência do STF*. Dissertação, Mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023.
- PONTES, Ana Lúcia de Moura; HACON Vanessa; TERENA Luiz Eloy; SANTOS Ricardo Ventura. *Vozes indígenas na saúde: trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte: Piseograma/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.
- ROCHA, R. G. Davi Kopenawa: cosmopolitismo, identidades e natureza. *Aletria: Revista De Estudos De Literatura*, 33 (1): 78-97, 2023.

RODA VIVA. Roda Viva. *Sonia Guajajara*, dia 20/03/2023. Youtube, 2023.

SOARES, Samara Sousa Diniz; STENGEL, Márcia. Netnografia e a pesquisa científica na internet. *Psicologia USP*, (32), 2021.

STENGERS, Isabelle. La Propuesta Cosmopolítica. *Revista Pléyade*, 14: 17-41, 2014.